



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1019228-70.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Sistema Remuneratório e Benefícios**  
 Requerente: **Joao Jose Figueira de Almeida e outros**  
 Requerido: **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

João José Figueira de Almeida, Adilson Felix Fraga, Antonio do Nascimento, Marcilio Corrêa, Nelson Cremonuzzi, Benedito Ovídio Antunes da Silva, Oziel Cavalcante de Albuquerque, Helvecio Damin, Antonio Aparecido Teixeira e Carlos Alberto da Cruz movem ação contra São Paulo Previdência. São policiais militares inativos e recebem o Adicional de Local de Exercício – ALE, pugnando pela sua incorporação ao salário base, com reflexo nas demais parcelas remuneratórias, "tais como" o Adicional por Tempo de Serviço, a Sexta-Parte e o RETP, assim como pelo pagamento das diferenças atrasadas, respeitada a prescrição quinquenal.

Contestação ofertada, alegando a ré a ausência de interesse processual e, no mérito, a improcedência da ação.

Os autores apresentaram réplica.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Afasto a preliminar de ausência de interesse processual pois a incorporação levada



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

a cabo pela LC nº 689/92 (Polícia Militar) não produz, em relação às partes autoras, exatamente os mesmos efeitos pecuniários que a procedência integral da presente ação.

No mérito, improcede a demanda.

Os autores, policiais militares inativos, visam à incorporação do ALE aos seus vencimentos, com reflexo nas demais parcelas remuneratórias, "tais como" o Adicional por Tempo de Serviço, a Sexta-Parte e o RETP, assim como pelo pagamento das diferenças atrasadas, respeitada a prescrição quinquenal.

O ALE foi instituído, para os policiais militares, pela LC nº 689/92.

Seu caráter não era genérico, e sim específico, pois era pago àqueles que prestassem serviços em certos locais em "razão da complexidade das atividades exercidas e dificuldade de fixação do profissional".

Não se pode dizer que a sua percepção decorre apenas do exercício da atividade profissional, vez que a norma exige determinadas condições para o seu pagamento, que dependerão das circunstâncias concretas.

Com o advento da LC nº 1065/2008, para os Policiais Militares, e da LC nº 1062/2008, para os Policiais Cíveis, com alterações da LC nº 1114/10, foi estendido o direito de receber o benefício aos policiais militares e civis inativos e os pensionistas, observando-se porém uma extensão gradual e progressiva, ao longo do tempo, não se podendo falar em automática assunção de caráter genérico.

A LC nº 1197/13, por outro lado, determinou a incorporação de tal benefício aos vencimentos dos Policiais Cíveis e Militares.

Só que tal lei não possui efeitos retroativos; o benefício assumiu caráter genérico apenas a partir da incorporação. Efetivada a incorporação, é claro que passou a integrar a base de cálculo.

Assim, julgo improcedente a ação, condenando as partes autoras em custas,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

despesas e honorários, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 1.000,00 no total, sendo 1/10 para cada parte autora.

Para efeito de oposição de embargos declaratórios, como dispõe o Enunciado 11 da ENFAM relativo ao novo Código de Processo Civil, "os precedentes a que se referem os incisos V e VI do § 1º do art. 489 do CPC/2015 são apenas os mencionados no art. 927 e no inciso IV do art. 332". Isto por interpretação sistemática, vez que o art. 927 do CPC determina aos juízes e tribunais que observem, em relação a "precedentes", somente aqueles relativos a incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos, ou orientação do plenário ou do órgão especial aos quais vinculados. Se assim não fosse, estariam os juízes e tribunais obrigados a seguir qualquer precedente, de qualquer tribunal do país, independentemente de não possuir este qualquer força no sistema de precedentes que se instalou com o NCPC.

Ainda nessa temática, acrescento que, como certamente é de conhecimento das partes, a jurisprudência não é pacífica a respeito da presente questão e, em realidade, sequer é possível afirmar que existe um posicionamento majoritário.

P.I.

São Carlos, 25 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**